



**A Luta pela permanência na Terra dos Retireiros do Araguaia:
Um caso empírico contrariando as “Sete Teses Sobre O Mundo Rural Brasileiro”**

JULIANA CRISTINA DA ROSA*

A visão catastrófica sobre o mundo rural no Brasil do século XXI: o esvaziamento rural e o “apagamento do passado”

Em meados a metade do século passado, Claude Lévi-Strauss esteve diante da seguinte questão: “a antropologia não corre o perigo de tornar-se uma ciência sem objeto?”. Tal objeto seriam os povos ditos “primitivos”, que estavam desaparecendo pela eliminação, como nos casos trazidos pelo autor dos indígenas australianos que foram reduzidos de 250 mil para 40 mil no início da colonização ou do Brasil em que se extinguíram 100 aldeias entre os anos de 1900 a 1950. Outra forma de desaparecimento seria por que os mesmos “[...] dissolvem incorporando-se, de maneira mais ou menos rápida, à civilização que os cerca”, conforme Lévi-Strauss (1962:20).

Esse temor que rondou a antropologia parece cercar alguns pesquisadores que se ocupam do mundo rural nas primeiras décadas desse século, pois houve uma diminuição da população rural no Brasil que pode ser observada na comparação entre os dados da década de 1950, que demonstram que havia 33.161.506 habitantes na área rural, ou seja, 63,84% da população total, já no Censo de 2010 esse percentual se reduziu para 15,6%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹. Portanto, nesse período de tempo a população urbana aumentou quase três vezes mais do que a população total, um processo constituído pelo intenso êxodo rural e pelo crescimento vegetativo da população. Existe uma tendência demográfica do “esvaziamento” do meio rural apontada pelos dados oficiais do IBGE, com projeções de que apenas 6% da população brasileira permanecerá no campo. No entanto, é preciso ressaltar que se trata ainda de um número de 13,5 milhões de habitantes no meio rural, ou seja, não se trata de um meio “vazio”, mas sim, com baixa densidade

* Doutoranda em História pelo PPGHis Universidade Federal do Mato Grosso. Cientista Social e mestre em História. Bolsista CAPES.

¹ FONTE: Censo IBGE 1950, 1960, 1980, 1990, 2000, 2010.

Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>> . Acesso em: 15/09/2015.



demográfica, sobretudo se for considerado a concentração fundiária que permanece como característica da história agrária do país.

A questão que se coloca diante disso é: quem permanecerá no campo? E parece que essa tem sido a questão que perpassa uma das mais significativas obras lançadas em conjunto por pesquisadores da EMBRAPA e da UNICAMP no ano de 2014, intitulada *O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Tal obra traz diversos artigos, sobretudo de economistas e engenheiros agrônomos, lançando projeções e se agarrando a tendências², com um olhar dos primeiros 15 anos de um século que, assim como os anteriores, é imprevisível e incompreensível, demonstrando uma imprudência característica de certos economistas. Certamente faltam valiosas lições de historiadores que buscam no passado experiências que demonstram as múltiplas possibilidades da ação humana, ou de efetivos cientistas sociais, que trazem do universo empírico informações baseadas em práticas que sepultam, ao menos localmente, qualquer tese generalizante que se proponha a tudo e a todos englobar e homogeneizar.

No entanto esse aprendizado não é possível para autores como Buainain et al (2014: 38), que afirmam:

Seria interminável o debate sobre o poder heurístico e ontológico das diversas disciplinas que integram as Ciências Sociais. Ainda que um sociólogo faça parte do grupo que organizou este livro, os que assinam a Introdução concordam, em significativa proporção, com a observação de Michael Piore, quando alertou que “[...] o que me atraiu para a Economia foi a sua oferta de uma teoria coerente e sua orientação às políticas. Ela tenta se dirigir aos problemas da sociedade e o faz sob uma forma disciplinada e razoável. Nenhuma das demais ciências sociais parece oferecer nada parecido com a coerência e a relevância da Economia” (Grifos meus) (BUAINAIN, et al, 2014: 37).

No livro, um texto de José de Souza Martins, expoente da Sociologia Rural, aparece como a “visão do sociólogo” em contraposição à “visão do economista” José Roberto Mendonça de Barros, sendo que este último, tece significativos elogios ao setor agropecuário, afirmando que existem avanços em termos de sustentabilidade e faz um apelo às “correções de políticas públicas” por parte do Governo Federal para apoiar o avanço do agronegócio. Mas o ponto nevrálgico está contido na afirmação de Mendonça de Barros (2014, s/p): “[...] *não há nada que se oponha à continuidade da trajetória de avanço. A ideia de certos movimentos sociais, de voltar aos **tempos coloniais**, é simplesmente bizarra*”.

² Bloch (2002: 61-62) ao falar sobre outras ciências que estão no presente, afirmou algo que permite pensar sobre a posição desses autores: “[...] pretendem compreender a economia contemporânea com a ajuda de observações limitadas, no tempo, há algumas décadas. Em suma, consideram a época em que vivem separada das que a precederam por contrastes vivos demais para trazer em si mesma sua própria explicação”. Logo, presos ao presente e projetando o futuro seria impossível recuar e retomar o debate da questão agrária anterior aos anos de 1960.

Essa afirmação está afinada com um trecho do discurso de 2013 da então senadora Kátia Abreu, o que demonstra que esse argumento está inserido numa lógica de disputa política nacional mais ampla:

Nós não queremos tirar o direito de ninguém a ter sonho com terra. Todo mundo pode sonhar com terra. Agora o sonho dele não pode custar o meu! O sonho dos índios não pode custar o meu! O sonho dos sem-terra não pode custar o nosso! O Brasil é grande demais pra que nós possamos viver na Idade Média. E invasão de terra em terceiro milênio é atitude medieval, de país subdesenvolvido. O agronegócio, que é um dos mais invejados do mundo, produzimos uma das maiores agriculturas do planeta, é a cabeça enfiada no terceiro milênio e os pés soterrados na lama: no arcaico, no atraso, nas invasões, uma coisa primitiva (Kátia Abreu, 11/03/2013, Grifos meus).³

De forma mais transparente que os escritos acadêmicos, o discurso político de Kátia Abreu opõe o agronegócio atrelado à ideia de “futuro”, em contrapartida com a luta pela terra que é considerada “atraso”, “coisa primitiva”, e “atitude medieval”. Novamente faltaram lições de historiadores para que tanto a política quanto o acadêmico, (sobretudo este), evitassem tamanho anacronismo e projeções de um passado imaginado que ameaça o presente pretendido. E o mais nefasto é que a ameaça vem dos movimentos sociais que estão ligados a diversos agentes sociais como indígenas, trabalhadores sem terra, populações tradicionais e mesmo os pequenos e médios proprietários que são considerados como não adaptáveis ao “novo padrão agrário e agrícola” ao logo da obra.

Essa concepção de que esses agentes sociais representam o passado estão claramente evidenciados nos títulos de partes e capítulos da obra de Buainain, et al. (2014), tais como: “A história não acabou, mas o passado vai se acabando” e “Uma história sem fim: a persistência da questão agrária no Brasil”; numa tentativa de demonstrar que as respostas foram dadas ao debate acerca da Questão Agrária e que envolvem a história desse mundo agrário do século 21. Os organizadores deixam claro que autores e teorias, como a visão cética sobre as transformações produtivas de Ruy Miller Paiva foram “vencida pela história”.

No entanto, o que deixa evidente que os autores responderam claramente quem são os agentes sociais escolhidos para permanecer no campo, é a insistência em elencar quais foram os “atores centrais” do processo de mudança na agropecuária brasileira:

Sem citar outros subgrupos de produtores, a expansão iniciada no final da década de 1960 moldou a formação de uma geração de agricultores, especialmente sulistas. Estes, movidos por múltiplas razões – de natureza familiar, econômica e financeira – , migraram em busca de renda e lucro para as diversas regiões da fronteira agrícola, difundindo o novo padrão técnico e seu obrigatório e correspondente modelo organizacional. No Centro-Oeste, foram principalmente os produtores sulistas que

3 Discurso disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aKmoT54AUyI>>. Acesso em: 11/02/2014.

ativaram o crescimento da produção (com destaque para a soja, uma vez adaptada aos ecossistemas tropicais) (BUAINAIN, et al, 2014: 1165, Grifos meus).

Portanto, os autores consideram que o novo padrão técnico foi difundido por agricultores sulistas, e destacam o apoio da EMBRAPA e de universidades para o desenvolvimento de técnicas e tecnologia que resultaram numa modernização produtiva no campo, intensificada na década de 1960, e que é parte principal das análises da obra. Em contrapartida demonstram eu os demais agentes sociais que foram historicamente excluídos desse processo ficaram no “passado”.

Mas o que há de mais significativo já estava contido num artigo anterior escrito pelos pesquisadores Zander Navarro, Antônio Buainain, Eliseu Alves e José Maria da Silveira em 2013, intitulado de “*Sete teses sobre o mundo rural brasileiro*”, que consta ao final da obra de 2014 e é sua base argumentativa. Nele, os autores lançam mão de dados estatísticos para homogeneizar o mundo rural nesse século e ainda rechaçar qualquer forma daquilo que denominam como sendo o “passado”. Essa ideia está exposta claramente na quarta tese que é intitulada de “*A história não terminou, mas o passado vai se apagando*”, na qual os autores afirmam que temas como o campesinato foram “vencidos” e outros como Reforma Agrária, “desapareceram”. Essa tese tem relação direta com a primeira tese que prega “*Uma nova fase do desenvolvimento agrário*” na qual o papel da terra como forma de apropriação e produção de riqueza no campo foi “rebaixado”, diante de uma “dominação triunfal do capital” (BUAINAIN et al., 2013: 1168).

No mesmo artigo os autores afirmam existir “um hiato entre teoria e realidade”, dando brecha para que sua própria teoria seja confrontada com a realidade. Dessa forma, um procedimento analítico foi realizado partindo das seguintes questões: A terra realmente não tem mais tanta relevância? Aqueles agentes sociais que não fazem parte do seletivo grupo do setor agropecuário (leia-se agronegócio) estão destinados mesmo ao desaparecimento? Eles representam o passado, o “arcaico”?

Antes de repetir o mesmo tipo de *survey* ou trabalho de gabinete apresentado pelos autores para analisar tais questões, será necessário problematizar tais elementos à luz do mundo rural concreto, com agentes sociais de carne e osso, cujo sangue corre nas veias com mais precisão que os dados estatísticos que tais teorias querem os englobar⁴. A partir disso, as

⁴ Esse procedimento analítico baseado em pesquisas empíricas para confrontar as “Sete Teses” está sendo realizado por uma equipe multidisciplinar (sociólogos, historiadores, geógrafos, economistas e antropólogos) de pesquisadores do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), coordenados pelo professor Dr. João Carlos Barrozo.

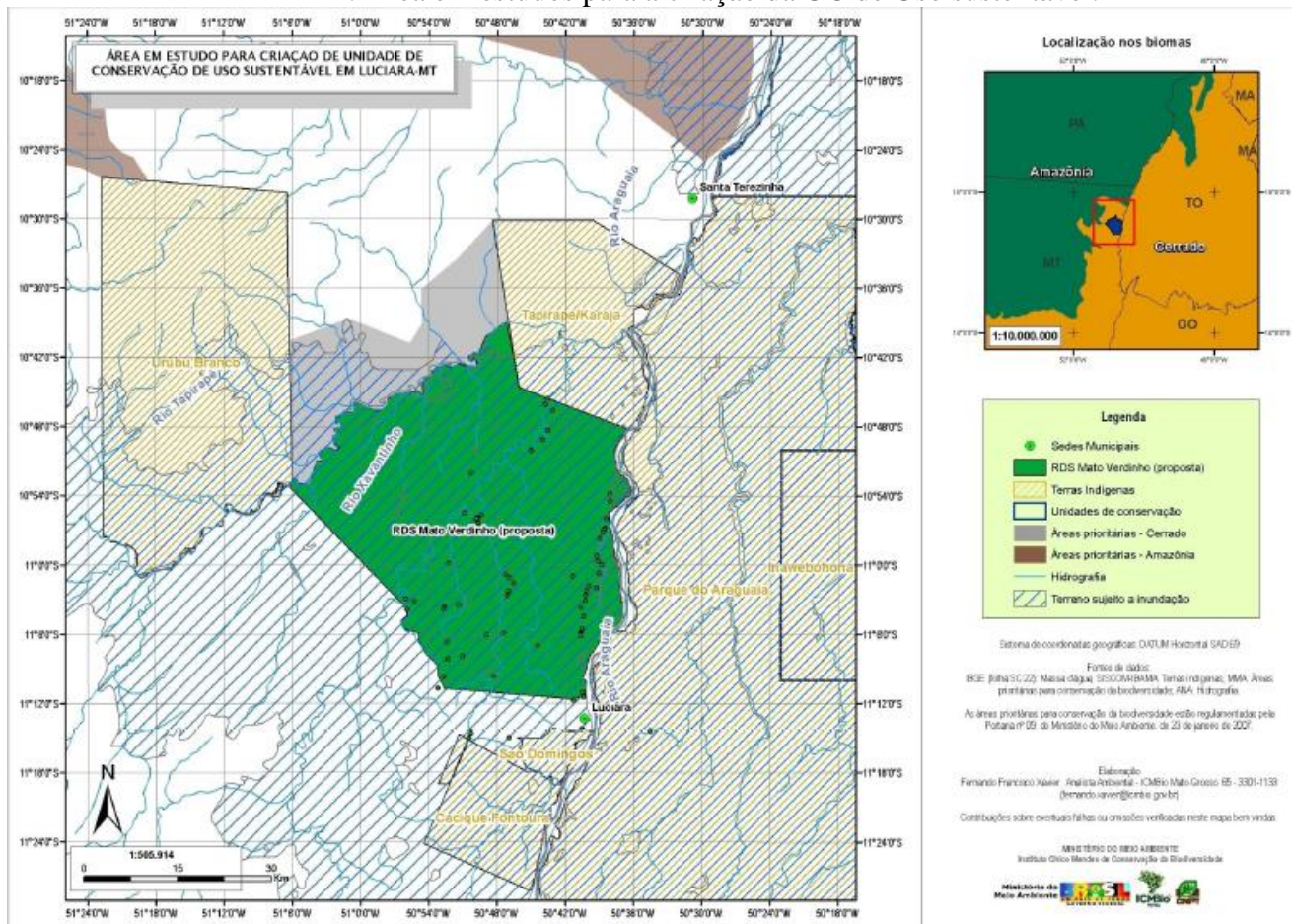
questões formuladas serão analisadas por meio do estudo de caso que envolve os *retireiros* do Araguaia e a sua luta pela terra.

A disputa pelas terras dos varjões do Araguaia: a luta pela permanência na terra dos retireiros

O caso analisado diz respeito à luta pela permanência na terra de um grupo de *retireiros* que tenta utilizar diferentes mecanismos jurídicos para ter o domínio e o direito sobre uma área de terras inundáveis pelo Rio Araguaia.

O mapa abaixo permite uma visualização da área em estudos e em disputa.

MAPA: Área em estudos para a criação da UC de Uso sustentável.



FONTE: Ministério do Meio Ambiente. ICMBio (2009). Elaboração: Fernando F. Xavier.

A forma de luta pela permanência na terra dos retireiros é a tentativa que a área delimitada no mapa acima seja transformada em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Mato Verdinho, cuja característica foi descrita no *Relatório final de levantamento e da caracterização da situação fundiária em Lucíara-MT*:

Esta área faz parte das planícies dos rios Araguaia e Tapirapé e é drenada na sua parte central pelo rio Xavantinho afluente do Tapirapé. Trata-se de uma vasta área alagada no período das cheias dos citados rios. Possui também pequenas elevações derivadas de afloramentos cristalinos e terrenos sedimentares em formação. Os varjões estão recobertos por gramíneas e nas áreas sedimentares livres das cheias por cerrado. As áreas mais elevadas do cristalino têm a presença de matas. Estas também aparecem como galerias ao longo dos rios e igarapés (OLIVEIRA, 2009: 04).

A proposta de transformação da área em RDS teve como referência a Portaria nº 9/2007 do Ministério do Meio Ambiente, a qual estabelece a área alagável do Rio Araguaia como “áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade”. Em 2012 o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) fez a proposta de demarcação e em novembro de 2014 a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) publicou a Portaria nº 294 com propósito de:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público o imóvel da União, caracterizado como várzea do Rio Araguaia, localizado nos municípios de Luciara-MT, Canabrava do Norte-MT, Novo Santo Antônio-MT, Porto Alegre do Norte-MT, Santa Terezinha-MT, São Félix do Araguaia-MT, Formoso do Araguaia -TO, Lagoa da Confusão -TO e Pium -TO, com área de 1.627.686,4495 ha (um milhão, seiscentos e vinte e sete mil, seiscentos e oitenta e seis hectares, quarenta e quatro ares e noventa e cinco centiares).

Uma RDS é considerada “sustentável” pela presença de populações tradicionais “[...] cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos por gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica” (BRASIL - ICMBIO, 2013: 05). Essa concepção adotada tem como base o Decreto nº 6.040/2007, que no seu art. 3 considera:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;
II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária [...] (BRASIL, 2007).

No caso da RDS Mato Verdinho, a população tradicional considerada é a de *retireiros*, que possuem uma autodefinição que pode ser observada através da *Carta de Solicitação da Reserva Extrativista dos Retireiros do Araguaia* de 2003:

“Nós, Retireiros, tal como os seringueiros, Ministra [Marina Silva] somos uma população que construímos nossa cultura em íntima relação com a natureza. O nome

pelo qual nos identificamos, e pelo qual lutamos para sermos reconhecidos, vem de Retiros que construímos para cuidarmos do gado, que se constitui na atividade central com a qual ganhamos a vida. O Retiro é uma pequena construção de madeira, muito parecida com as colocações dos seringueiros na sua arquitetura, onde passamos o período de “verão”, isto é, quando o rio baixa e retiramos o nosso gado para os “varjões”, nome que damos as planícies inundáveis do rio Araguaia. O “verão” dos retireiros vai, normalmente, de maio a dezembro (oito meses). Quando chega o “inverno”, janeiro a abril, e com eles as alagações, retiramos o gado para o “firme” ocupando as pastagens dos cerrados vizinhos dos varjões”.

Logo, os *retireiros* se identificam com suas atividades ligadas a criação de gado, o que Porto-Gonçalves (2013:108-109), denominou de “cultura prática”:

[...] por sua habilidade no manejo de pasto junto com as cheias e vazantes do Araguaia. Trata-se de um conhecimento que se desenvolveu há décadas, na região pelo menos desde os anos 1920 [...]. Todo esse acervo de conhecimento tradicionalmente elaborado pelos povos indígenas, pelos retireiros e demais povos ribeirinhos é fundamental para que toda a pujante vida do vale do Araguaia, tão bem descrita no laudo biológico, possa continuar a viver e se desenvolver.

O *Lauda Socioeconômico* de 2006 foi marcado pela descrição dos Retireiros como tradicionais e que faziam um uso adequado dos recursos naturais, conforme pode ser observado na seguinte passagem:

O retireiro é um homem simples. Os retireiros mais velhos, embora não possuam instrução formal, são detentores de um sofisticado conhecimento das características do ambiente que desenvolveram através dos tempos e que lhes permite garantir a conservação dos recursos naturais. Não desmatam, não queimam, não cercam, pois acreditam que o ambiente não suportaria tais ações (PORTO-GONÇALVES, 2006:30).

Para a compreensão do que as fontes documentais e os dispositivos jurídicos denominam como “tradicional” é necessário analisar o processo reocupação da região e o modo de vida desses agentes sociais. Segundo Soares (2010), a formação do município de Luciara se deu a partir do Povoado de Mato Verde constituído por famílias provenientes de povoados do sul do Pará, e que utilizaram como principal rota e acesso a navegação do Rio Araguaia, além de:

[...] um caminho terrestre margeando o Rio Araguaia acima, utilizado principalmente pelas comitivas de vaqueiros que tocavam gado do povoado de Barreirinha no Pará para o povoado Mato Verde, em Mato Grosso, na década de 1930 (SOARES, 2010: 256).

O Povoado Mato Verde foi formado dentro do mesmo território em disputa entre os povos indígenas Karajá, Kayapó e Tapirapé, o que gerou contatos e fricções interétnicas complexas diante da situação de “frentes de expansão pastoril” denominada por Velho (1972),

ou mais precisamente, na “situação de fronteira”, que para Martins (2009: 133), “[...] *é essencialmente o lugar da alteridade [grifos do autor]. É isso o que faz dela uma realidade singular*”. A principal característica da fronteira é o *conflito* que “[...] *faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro*” (MARTINS, 2009: 133). Portanto, a “situação de fronteira” ocorreu desde os anos 1920 com a formação da cidade de Luciara-MT.

A existência de campos de pastagens nativas às margens do Rio Araguaia possibilitou a criação de gado fosse a atividade econômica principal. Nessa região destacou-se um pecuarista que comercializava gado em Belém e Aruanã chamado Lúcio Penna da Luz, e para o qual parte dos moradores do povoado passaram a ser “vaqueiros”⁵. O “[...] o gado vivia solto, identificado pela marca do proprietário. As pessoas que trabalhavam como vaqueiros na lida com o gado não eram remunerados em dinheiro. Elas recebiam um percentual de renda do gado (1/4 das crias)”, segundo Soares (2010: 284). Nas décadas posteriores, parte significativa das famílias passou a se dedicar à criação de gado.

Existem atualmente neste município mais de quarenta retiros em uma vasta área de terra comum, na margem esquerda do Rio Araguaia, e outros no Rio Xavantinho. A maior parte destas áreas de terra alaga no período intenso das chuvas, ficando submersa aproximadamente uns quatro meses por ano, de dezembro a março. Neste período, o gado é retirado para outras áreas altas, sem propriedades particulares. Vale ressaltar que, na maioria destes retiros, cria-se gado de várias famílias (parentes ou não), num sistema de partilha de renda, tradicionalmente utilizado. [...] Os principais criadores em área comum são descendentes das famílias antigas de Luciara (SOARES, 2010: 286).

Soares (2010) afirma ainda que tal prática está perdendo espaço em decorrência dos cercamentos de terra na região, e que apesar de se tratar de terra da União, o estado do Mato Grosso emitiu títulos de venda de terras, paralelamente à prática de grilagem de terras na região, sobretudo a partir das décadas de 1960, o que resultou numa série de títulos de terra referentes às áreas utilizadas pelos retireiros. Na reportagem do Jornal Estadão de 23/09/2013 a questão foi colocada pelo retireiro Rubens Salles (Rubão):

Rubão observa que as terras das margens do rio são cobiçadas pelos pecuaristas por causa da qualidade do pasto natural, que ganha reforço com os sedimentos trazidos pelas águas do Araguaia em tempo de cheia. Um comércio ilegal de venda de terras da União funciona em Luciara. "Os grileiros do Sul do Brasil correram para cá", constata o líder da associação. "Vamos defender nosso direito de permanecer aqui".

A reportagem acima trouxe a percepção da liderança de que os retireiros estavam

⁵ Autodenominação presente numa fonte oral de Soares (2010).

diante do avanço do cercamento de terra da União, tendo como base títulos legais ou falsificados, o que intensificou os conflitos característicos da “situação de fronteira”, o que foi corroborado por Oliveira (2009:113):

Como conclusão geral é preciso verificar o que foi anotado anteriormente, sobre o grande número de títulos cujos seus proprietários nunca se instalaram no município de Luciara, e que demonstra cabalmente, que o objetivo do acesso aos mesmos não se inscreve no processo produtivo da agropecuária, revelando sua condição de improdutividade. E, mais revela que os mesmos são utilizados apenas como reserva patrimonial para ser usado no sistema financeiro e no acesso a créditos nos programas governamentais.

Diante dessa situação, em 1999, um grupo de famílias de retireiros criou a Associação dos Retireiros do Araguaia (ARA)⁶ e redigiu uma *Carta de Solicitação* à Marina Silva, então ministra do Meio Ambiente, solicitando o reconhecimento de uma unidade territorial que garantiria “dignidade” ao grupo diante do avanço constante de novos “proprietários” sobre suas terras. Segundo Porto-Gonçalves (2013: 108): “À época os retireiros pleiteavam a criação de uma Reserva Extrativista inspirados nessa unidade territorial que havia sido uma unidade jurídica”; portanto, os retireiros adotaram categorias e utilizaram de dispositivos jurídicos para ter garantia a terra. A partir dessa busca por “unidade jurídica”, os retireiros se organizaram através de alianças e ocorreu a elaboração de dois laudos: um laudo biológico e outro laudo socioeconômico; acatados em 2010 pelo ICMBIO que deu início ao processo de criação da RDS Mato Verdinho, resultando na Portaria nº 294/2014.

No entanto, em janeiro de 2015 foi publicada a Portaria nº 10 revogando a Portaria nº 294 e determinando a criação de um “[...] Grupo de Trabalho com a finalidade de promover estudos técnicos sobre a situação fundiária nas áreas sujeitas às inundações periódicas do Rio Araguaia”. Essa mudança no teor de portarias sugere que o caso é permeado de conflitos entre formas diferenciadas de uso da terra e exploração dos recursos naturais.

Ademais, fontes documentais demonstram que havia um desconhecimento da população da região em relação às leis que regulam a criação desse tipo de reserva, pois somente em 2013 que a autarquia responsável pela demarcação da área⁷ elaborou a Cartilha “*Dúvidas e Esclarecimentos sobre a Proposta de Criação da RDS do Mato Verdinho/MT*”, onde se especificava que a criação de uma RDS tem “[...] objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos, conciliando a presença humana nas áreas protegidas” (BRASIL - ICMBIO, 2013: 2).

⁶ Segundo fonte documental, na reportagem de 23/09/2013 do Jornal Estadão: “Atualmente, a entidade defende direitos de 97 famílias, num total de 450 pessoas, que seriam beneficiadas pela criação da reserva”.

⁷ Trata-se do Instituto Chico Mendes, ligado ao Ministério do Meio Ambiente.

No entanto, a divulgação da criação da RDS causou estranhamento por parte de alguns agentes sociais que passaram a elaborar argumentos contrários e convencer parte dos moradores. Um dos principais argumentos é o de que a RDS havia sido criada “[...] de cima pra baixo, por vontade unilateral de autoridades do Governo Federal e [...] planos de manejo inventados por intelectuais estranhos que estariam ditando regra sobre o modo de vida dos retireiros”, conforme descreve Porto-Gonçalves (2013: 109).

Logo, a luta pela terra realizada dos retireiros encontrou resistência de posseiros, proprietários, grileiros e por parte significativa da população citadina de Luciara - MT, que realizaram manifestações com o bloqueio da única rodovia que dá acesso à cidade, a MT 100. Além disso, através de fontes fotográficas e filmagens, identificam-se atos como: o incêndio das casas do presidente da associação e de um vereador que apoia a RDS; disparos com arma de fogo contra a casa de um diácono ligado à Prelazia de São Félix do Araguaia; o impedimento de duas equipes de pesquisadores de adentrarem a cidade; além de ameaças contra as lideranças e famílias de pistoleiros, segundo reportagem denúncia e artigos assinados por Porto-Gonçalves (2013b, s/p⁸).

Considerações sobre o “hiato” entre teoria e a realidade

Através da análise do estudo de caso acima foi possível identificar que no caso do norte Araguaia mato-grossense, o avanço do agronegócio sofrerá resistências por parte justamente daqueles que Buainain et al. (2013) e as forças políticas locais e nacionais consideram como os representantes do passado e do atraso: populações tradicionais como retireiros, ribeirinhos e indígenas, além de agricultores familiares.

Se a terra não fosse mais o fator decisivo para os “empreendimentos da agropecuária” no século 21, não existiria razão do conflito fundiário e socioambiental que envolve as terras alagáveis do Rio Araguaia. Ademais, nesse caso fica evidente que a luta pela permanência na terra não é realizada por movimentos sociais que querem o atraso, mas pelos agentes sociais envolvidos que utilizam estratégias de uso da legislação com novos dispositivos jurídicos que garantem o direito a terra às populações tradicionais, indígenas e a preservação ambiental de áreas consideradas Unidade de Conservação.

Dois acontecimentos evidenciam que a região Norte Araguaia não está sendo dominada pelo agronegócio: a demarcação da Terra Indígena Marãiwatsédé dos Xavante e a

⁸ Disponível em: <<http://direitoshumanosmt.blogspot.com.br/2013/09/retireiros-do-araguaia-terra-para-vida.html>>. Acesso em: 02/09/2015.

consequente desintração dos não índios do Posto da Mata ocorrida em 2012, e a possível demarcação da RDS Mato Verdinho, em 2013-2014, em favor dos retireiros e possivelmente extrativistas que farão uso comum dos “varjões de Luciara”.

Logo, o Norte Araguaia mato-grossense é uma região de *fronteira* de encontro e conflito de diferentes agentes sociais (indígenas, posseiros, grileiros, fazendeiros, empresários, militantes, assentados, agricultores, comerciantes, funcionários públicos e privados, dentre outros). No entanto, é o lugar de resistência de movimentos e agentes sociais que criam estratégias de luta pela terra para se adequarem às legislações de seu tempo, gerando por vezes acontecimentos que abalam o processo de avanço do agronegócio.

Se de fato o “passado está se apagando” e o avanço do agronegócio se intensificou, paralelamente surgiram novas formas de resistência ao processo e a luta pela permanência na terra faz com que esse “apagamento” seja no mínimo mais paulatino, e por vezes ineficaz.

BIBLIOGRAFIA

BARROZO, João Carlos. Expansão da Soja no Araguaia: Impactos sócio ambientais. In: Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología - **ALASRU** 2014. Cidade do México: Impresso em CD, 2014.

_____. Incertezas no Araguaia: a enxada enfrenta o trator. In: JOANONI NETO, Vitale. (Org.). **Política, Ambiente e Diversidade Cultural**. VI Seminário do ICHS/UFMT, Cuiabá: EdUFMT, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O Ofício do Historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BUAINAIN, Antônio M. et al. **O mundo rural no Brasil do século 21**: a nova formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, DF, ano 22, n. 2, p. 105-121, abr./maio/jun. 2013.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A crise moderna da Antropologia. **Revista de Antropologia**. Vol. 10, n. 1-2, 1962.
Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/110422/108960>>. Acesso em: 24/01/2015.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*. In: **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, v.7, n.12, p. 25-70, mai./1996.

MENDONÇA DE BARROS, José Roberto. O passado no presente: a visão do economista. In: BUAINAIN, Antônio M. et al. **O mundo rural no Brasil do século 21: a nova formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. (S/p. – Prolegômenos).

PORTO-GONÇAVES, Carlos Walter. [Artigo] **Retireiros do Araguaia: Terra para vida, Terra para a Paz**. 2013b. Disponível em: <<http://direitoshumanosmt.blogspot.com.br/2013/09/retireiros-do-araguaia-terra-para-vida.html>>. Acesso em: 02/09/2015.

PORTO GONÇAVES, Carlos Walter Porto. [Relatório] **Verdades e Mentiras sobre a Reserva Mato Verdinho, Luciara-MT**. In: WERNER, Inácio; SATO, Michele; ROSSI, Roberto. **Relatório de Direitos Humanos - MT**. 2013. Disponível em: <http://issuu.com/michelesato/docs/relat_fdht-2013_versao_6_gra/109>. Acesso em: 02/09/2015.

ROSA, Juliana Cristina. *A Luta pela Terra Marãiwatsédé: Povo Xavante, Agropecuária Suiá Missú, Posseiros e Grileiros do Posto da Mata em disputa (1960-2012)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – UFMT, Cuiabá, 2015.

SOARES, Luiz A. Barbosa. Trilhas e caminhos: povoamento não indígena no Vale do Araguaia, parte nordeste do Estado de Mato Grosso, na primeira metade do século XX. In: BARROZO, João Carlos (Org.). **Mato grosso: a (re) ocupação da terra na fronteira amazônica (Século XX)**. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá/MT: EdUFMT, 2010. (p. 255-289).

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 26/05/2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria nº09/2007, de 23 de janeiro de 2007**. Reconhece como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira as áreas que menciona. Brasília, DF, jan. 2007. Disponível em: <http://www.carvaomineral.com.br/abcm/meioambiente/legislacoes/bd_carboniferas/geral/portaria_mma_09-2007.pdf>. Acesso em: 15/05/2015.

BRASIL. Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria nº294/2014, de 27 de novembro de 2014**. Reconhece como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável a RDS Mato Verdinho. Brasília, DF, nov. 2014

BRASIL. Secretaria de Patrimônio da União do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria nº10/2015, de 30 de janeiro de 2015**. Revoga a Portaria 294/2015 e institui GT. Brasília, DF, jan. 2015.

BRASIL. [Cartilha] Instituto Chico Mendes do Ministério do Meio Ambiente. **Cartilha “Dúvidas e Esclarecimentos sobre a Proposta de Criação da RDS do Mato Verdinho/MT”**. Brasília – DF, 2013.

BURITY, Toncá. [Reportagem] Comissão da Verdade debate situação dos Retireiros do Araguaia. **Portal de Notícias Senado Federal**. 06 nov. 2013. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/radio/programaConteudoPadrao.asp?COD_TIPO_PROGRAMA=&COD_AUDIO=488198>. Acesso em: 12/05/2015.

[Carta] Solicitação da Reserva Extrativista dos Retireiros do Araguaia, 2003.

KÁTIA ABREU. [Discurso]

disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aKmoT54AUyI>>. Acesso em: 11/02/2014.

MARTINS, Naiara. [Reportagem] Demarcações no Araguaia: Políticos foram a Brasília discutir a portaria 294/2014. **Jornal O Interior**, Porto Alegre do Norte- MT, ano 28, n.192, p.5, 20 ago. a 15 set. 2015.

MARTINS, Kelly. [Reportagem] Policiais federais chegam a cidade de MT para conter conflitos de terra. Cuiabá-MT, 29 set. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/09/policiais-federais-chegam-cidade-de-mt-para-conter-conflitos-de-terra.html>>. Acesso em: 02/09/2015.

NOSSA, Leonencio. [Reportagem] Criação de reserva Sustentável provoca “badernaço” no MT. **Jornal Estadão**, São Paulo, 23 set. 2013. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,criacao-de-reserva-sustentavel-provoca-badernaco-no-mt,1077974>>. Acesso em: 15/07/2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Relatório final de levantamento e da caracterização da situação fundiária em Luciara-MT*. 2009.

PORTO GONÇAVES, Carlos Walter Porto (Coord.). *Diagnóstico Preliminar da Reserva Extrativista dos Retireiros de Luciara-MT*, Ministério do Meio Ambiente, 2006.

SENADO. [Ata]. Ata da 4ª Reunião da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. 06/11/2013.